



Boletim de Legislação



EJEF - *escala que forma e informa*

Nº 773 – 05 de junho de 2024

Abrangência: 18/05/2024 a 31/05/2024

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.025	DOU; 25/05/2024	Altera o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.	Dec. 12.025 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.031	DOU; 29/05/2024	Regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, para dispor sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.	Lei 12.031 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.033	DOU; 29/05/2024	Revoga o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Lei 12.033 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.221	DOU; 17/05/2024	Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.	Med. Prov. 1.221 (Site da Presidência da República)

<p>LEI Nº 14.514 de 29 de dezembro de 2022</p>	<p>DOU; 22/05/2024 (Promulgação das partes vetadas)</p>	<p>Dispõe sobre a empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares, e sobre a atividade de mineração; altera as Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, 8.001, de 13 de março de 1990, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 13.848, de 25 de junho de 2019, e 14.222, de 15 de outubro de 2021, e o DecretoLei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração); e revoga a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, e dispositivos das Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, 6.189, de 16 de dezembro de 1974, 7.781, de 27 de junho de 1989, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e 14.222, de 15 de outubro de 2021, e do Decreto-Lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969.</p>	<p>Lei 14.514 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.724 de 14 de novembro de 2023</p>	<p>DOU; 23/05/2024 (Promulgação das partes vetadas)</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.724 de 14.11.2023, que institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30.9.1957, 8.213, de 24.7.1991, 8.742, de 7.12.1993, 13.146, de 6.7.2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2.2.2009, 11.134, de 15.7.2005, 11.361, de 19.10.2006, 10.486, de 4.7.2002, 13.328, de 29.7.2016, 9.264, de 7.2.1996, 12.086, de 6.11.2009, 8.745, de 9.12.1993, e 14.204, de 16.9.2021; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.713, de 25.11.1998, 9.986, de 18.7.2000, e 14.059, de 22.9.2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18.7.2023.</p>	<p>Lei 14.724 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.734, de 23 de novembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 (Promulgação das partes vetadas)</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.734 de 23.11.2023, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovelem normas complementares para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p>	<p>Lei 14.734 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 (Promulgação das partes vetadas)</p>	<p>Promulga parte vetada da Lei n. 14.750 de 12.12.2023, que altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.</p>	<p>Lei 14.750 (Site da Presidência da República)</p>

<p>LEI Nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</p>	<p>Lei 14.755 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.756, de 15 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências.</p>	<p>Lei 14.756 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.757, de 19 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências.</p>	<p>Lei 14.757 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.</p>	<p>Lei 14.770 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.785 de 27.12.2023, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</p>	<p>Lei 14.785 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023</p>	<p>DOU; 22/05/2024 <i>(Promulgação das partes vetadas)</i></p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.790 de 29.12.2023, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.</p>	<p>Lei 14.790 (Site da Presidência da República)</p>

LEI Nº 14.818, de 29 de dezembro de 2023	DOU; 22/05/2024 (Promulgação das partes vetadas)	Promulga parte vetada da Lei n. 14.818 de 16.1.2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.	Lei 14.818 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.857	DOU; 22/05/2024	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher	Lei 14.857 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.858	DOU; 22/05/2024	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, com o objetivo de instituir a obrigatoriedade de priorizar espaço e vaga para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	Lei 14.858 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.859	DOU; 23/05/2024	Altera a Lei nº 14.148, de 3.5.2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28.12.2023.	Lei 14.859 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.861	DOU; 28/05/2024	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar que sejam disponibilizadas na internet as informações constantes do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) e do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) aos motoristas habilitados e aos proprietários de veículo, respectivamente.	Lei 14.861 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.863	DOU; 28/05/2024	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.	Lei 14.863 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.872	DOU; 28/05/2024	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre o custeio de ações de recuperação em propriedades de agricultura familiar atingidas por desastres.	Lei 14.872 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.873	DOU; 28/05/2024	Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para limitar a compensação tributária dos créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.	Lei 14.873 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.874	DOU; 29/05/2024	Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.	Lei 14.874 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.876	DOU; 31/05/2024	Altera a descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.	Lei 14.876 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 403	DOU; 17/05/2024	Estabelece a absoluta prioridade às denúncias de violência contra crianças e adolescentes nos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e cria o Formulário Araceli para registro de violação de direitos de crianças ou adolescentes.	Port. 403 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 340	DOU; 23/05/2024	Dispõe sobre aplicação da transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN ao fundo penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, dos exercícios 2016 a 2023, como medida excepcional perante o estado de calamidade pública.	Port. 340 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 688	DOU; 27/05/2024	Dispõe sobre o trâmite dos pedidos de cooperação jurídica internacional, em matéria de subtração internacional fundados na Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças e na Convenção Interamericana sobre Restituição de Menores, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.	Port. 688 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 838	DOU; 28/05/2024	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública para atendimento das consequências derivadas de eventos climáticos reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências	Port. 838 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 99	DJE/CNJ; 17/05/2024	Dispõe sobre o gerenciamento de Política Judiciária Nacional Programática (PJNP) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	Instr. Norm. 99 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 143	DJE/CNJ; 17/05/2024	Institui o regulamento do Selo Linguagem Simples 2024.	Port. 143 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 144	DJE/CNJ; 17/05/2024	Altera a Portaria Presidência nº 351/2023, que institui no Conselho Nacional de Justiça o Selo Linguagem Simples.	Port.144 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 167	DJE/CNJ; 28/05/2024	Altera o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial, para fins de atualização e uniformização nacional acerca das regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória.	Port. 167 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 178	DJE/CNJ; 28/05/2024	Altera a Portaria Presidência nº 46/2024, que estabelece cronograma nacional para cadastro no Domicílio Judicial Eletrônico e dá outras providências.	Port. 178 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 560	DJE/CNJ; 27/05/2024	Altera as Resoluções CNJ n.º293/2019 e 343/2020, conferindo maior efetividade à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores.	Res. 560 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 24.767	Minas Gerais; 29/05/2024	Dispõe sobre a atenção integral à saúde das pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias no Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	Lei 24.767 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 1.026	Minas Gerais, 21/05/2024	Estabelece diretrizes para realização de revista pessoal nos servidores, funcionários e prestadores de serviços em estabelecimentos prisionais; e dá outras providências.	Res. 1.026 (Site da Subsecretária de Assessoria Técnica Legislativa do Governo de Minas Gerais)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 145	DJE; 23/05/2024	Avisa sobre o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no período que especifica	Aviso 145 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.571	DJE; 20/05/2024	Torna sem efeito atos de outorga de delegação de atividade notarial e de registro a candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2018.	Port. 6.571 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.572	DJE; 21/05/2024	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itabirito.	Port. 6.572 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.573	DJE; 21/05/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Teixeiras.	Port. 6.573 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.574	DJE; 21/05/2024	Dispensa Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mantena e altera a Portaria da Presidência nº 6.094, de 29 de março de 2023, que "Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mantena".	Port. 6.574 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.575	DJE; 21/05/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Turmalina.	Port. 6.575 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.576	DJE; 21/05/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Carmo do Paranaíba	Port. 6.576 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.577	DJE; 21/05/2024	Dispensa Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Brasília de Minas e altera a Portaria da Presidência nº 6.079, de 22 de março de 2023, que "Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Brasília de Minas".	Port. 6.577 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.578	DJE; 21/05/2024	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Rio Paranaíba.	Port. 6.578 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.579	DJE; 21/05/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Congonhas	Port. 6.579 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.580	DJE; 21/05/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Minas Novas.	Port. 6.580 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.581	DJE; 22/05/2024	Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.581 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.582	DJE; 24/05/2024	Designa magistrados indicados pelo Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Magistrados Vitaliciandos relativa ao 14º Curso de Formação Inicial de Magistrados.	Port. 6.582 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.583	DJE; 28/05/2024	Designa juiz leigo para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.583 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.584	DJE; 28/05/2024	Altera a Portaria da Presidência nº 5.842, de 26 de outubro de 2022, que "Designa integrantes do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 6.584 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.554	DJE; 21/05/2024	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos dias que antecedem e sucedem ao feriado de "Corpus Christi" no ano de 2024.	Port. Conj. 1.554 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.555	DJE; 27/05/2024	Dispõe sobre os valores a serem cobrados por utilização da citação e intimação feitas por via postal e revoga a Portaria Conjunta da Presidência nº 986, de 21 de maio de 2020.	Port. Conj. 1.555 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 1.073	DJE; 27/05/2024 (<i>Republicação</i>)	Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	Res. 1.073 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 63	DJE; 20/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 14ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 63 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 64	DJE; 20/05/2024	Institui o Plano Estratégico da 6ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 64 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 65	DJE; 20/05/2024	Institui o Plano Estratégico da 13ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 65 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 66	DJE; 20/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 18ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 66 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 67	DJE; 20/05/2024	Institui o Plano Estratégico da 9ª Câmara Criminal Especializada, com o estabelecimento de metas.	Port. 67 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 68	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 11ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 68 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 69	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do 1º Cartório de Recursos a Outros Tribunais, com o estabelecimento de metas.	Port. 69 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 70	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do 4º Cartório de Recursos a Outros Tribunais, com o estabelecimento de metas.	Port. 70 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 71	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 1ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 71 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 72	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 21ª Câmara Cível Especializada, com o estabelecimento de metas.	Port. 72 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 73	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 8ª Câmara Cível com o estabelecimento de metas.	Port. 73 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 74	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 3ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 74 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 75	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 20ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 75 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 76	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 12ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 76 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 77	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 3ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 77 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 78	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 4ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 78 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 79	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 6ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 79 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 80	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 19ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 80 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 81	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 7ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 81 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 82	DJE; 27/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 16ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 82 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 83	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 17ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 83 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 84	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 5ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 84 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 85	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 8ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 85 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 86	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 2ª Câmara Criminal, com o estabelecimento de metas.	Port. 86 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 87	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do 1º Cartório de Feitos Especiais, com o estabelecimento de metas.	Port. 87 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 88	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 9ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas	Port. 88 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 89	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do Cartório da 10ª Câmara Cível, com o estabelecimento de metas.	Port. 89 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 90	DJE; 28/05/2024	Institui o Plano Estratégico do 2º Cartório de Recursos a Outros Tribunais, com o estabelecimento de metas.	Port. 90 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 24	DJE; 20/05/2024	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de prestação no exercício jurisdicional, relativo ao mês de abril de 2024, bem como sobre o reprocessamento dos dados de operosidade dos juízes de direito relativamente a períodos pretéritos, com a reabertura do prazo de impugnação.	Aviso 24 (Site do TJMG)
AVISO Nº 25	DJE; 24/05/2024	Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.	Aviso 25 (Site do TJMG)
AVISO Nº 26	DJE; 24/05/2024	Avisa sobre a transferência da estrutura física da Central de Audiência de Custódia da Comarca de Belo Horizonte - CEAC/BH, que passará a funcionar em novo endereço.	Aviso 26 (Site do TJMG)
AVISO Nº 27	DJE; 24/05/2024	Avisa sobre a cobrança da despesa processual relativa à utilização da ferramenta "PROTESTOJUD".	Aviso 27 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.995	DJE; 21/05/2024	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Ponte Nova e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.597, de 8 de maio de 2023.	Port. 7.995 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.996	DJE; 28/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete.	Port. 7.996 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.997	DJE; 23/05/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de São João Del Rei.	Port. 7.997 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.998	DJE; 22/05/2024	Designa juíza de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Brasília de Minas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.537, de 21 de março de 2023.	Port. 7.998 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.999	DJE; 24/05/2024	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Bom Despacho, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.999 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.000	DJE; 27/05/2024	Determina a realização de Inspeção Técnica na 2ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de São João Del Rei, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.987 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.001	DJE; 24/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Congonhas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.647, de 13 de junho de 2023.	Port. 8.001 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.002	DJE; 24/05/2024	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Mantena e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.296, de 23 de agosto de 2022.	Port. 8.002 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.003	DJE; 24/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Patos de Minas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.292, de 23 de agosto de 2022.	Port. 8.003 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.004	DJE; 24/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Congonhas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.220, de 7 de julho de 2022.	Port. 8.004 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.005	DJE; 27/05/2024	Altera e acresce dispositivos na Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ nº 7.538, de 21 de março de 2023, designa juizes de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Arcos no período que especifica e revoga a Portaria da CGJ nº 7.979, de 13 de maio de 2024.	Port. 8.005 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.006	DJE; 27/05/2024	Prorroga o prazo concedido pela Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.926, de 19 de março de 2024, que "Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante".	Port. 8.006 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.007	DJE; 27/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Carmo do Paranaíba e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.423, de 22 de novembro de 2022.	Port. 8.007 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.008	DJE; 27/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Carmo do Paranaíba e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.362, de 6 de outubro de 2022.	Port. 8.008 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.009	DJE; 27/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Coronel Fabriciano e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.284, de 12 de agosto de 2022.	Port. 8.009 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.010	DJE; 27/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Coronel Fabriciano e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.285, de 12 de agosto de 2022.	Port. 8.010 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.011	DJE; 27/05/2024	Designa juíza de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Carangola e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.611, de 16 de maio de 2023.	Port. 8.011 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.012	DJE; 27/05/2024	Determina a realização de Visita Técnica na Comarca de Sabará para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 8.012 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.013	DJE; 28/05/2024	Designa juiz de direito para o exercício, em caráter interino, das funções de Diretor do Foro da Comarca de Capelinha e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.774, de 28 de setembro de 2023.	Port. 8.013 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.014	DJE; 28/05/2024	Designa juíza de direito para o exercício, em caráter interino, das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Capelinha e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.775, de 28 de setembro de 2023.	Port. 8.014 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.